



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

WILLIANE AMARO DOS SANTOS

**UM OLHAR SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA SALA DE
ENSINO REGULAR DO MUNICÍPIO DE CUITEGÍ-PB**

GUARABIRA-PB

2020

WILLIANE AMARO DOS SANTOS

**UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA SALA
DE ENSINO REGULAR DO MUNICÍPIO DE CUITEGÍ-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, Câmpus III, em cumprimento à exigência parcial para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ma. Débora Regina Fernandes Benício

GUARABIRA-PB

2020

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237o Santos, Williane Amaro dos.

Um olhar sobre educação inclusiva em uma sala de ensino regular no município de Cuitégi/PB [manuscrito] / Williane Amaro dos Santos. - 2020.

36 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)
- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades,
2020.

"Orientação: Profa. Ma. Débora Regina Fernandes Benício,
Coordenação do Curso de Pedagogia -CH."

1. Educação especial. 2. Inclusão escolar. 3. Sala regular
de ensino. I. Título

21. Ed. CDD 371.9

WILLIANE AMARO DOS SANTOS

**UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA SALA DE ENSINO
REGULAR DO MUNICÍPIO DE CUITEGÍ-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Coordenação do Curso de
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de licenciada em
Pedagogia.

Área de concentração: Fundamentos da
Educação e Formação Docente

Aprovada em: 05/12/2020.

BANCA EXAMINADORA

Déborah Regina Fernandes Benício
Profª. Ma. Déborah Regina Fernandes Benício (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/CH/DE)

Joana Dar'k Costa
Profª. Ma. Joana Dar'k Costa (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/CH/DE)

Verônica Pessoa da Silva
Profª. Dra. Verônica Pessoa da Silva (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/CH/DE)

Dedico este trabalho a todos os profissionais da educação inclusiva, responsáveis pela instrução das crianças com necessidades educativas especiais que, mesmo com as adversidades, não desistem de ir em busca da escola que respeite as diferenças em favor da igualdade e que, acima de tudo, acreditam que as particularidades desses alunos devem ser consideradas como diversidade e não como infortúnio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao grandioso Deus de onde advém minha perseverança e fé para continuar traçando meus ideais.

À todos que estiveram ao meu lado, me encorajando a seguir em frente na construção dessa etapa.

A minha família que desde sempre foi o meu porto seguro, incentivando com o apoio, confiança, carinho e que jamais me faltaram.

A Universidade Estadual da Paraíba, Câmpus III, por toda contribuição na/para minha formação acadêmica.

Aos mestres, por toda adição na minha construção e reconstrução de conhecimento.

Um agradecimento especial a minha orientadora Profa. Ma. Débora Regina Fernandes Benício, por toda contribuição, atenção e carinho.

Ao Gestor Josimar Barbosa Lira e a Professora Yara Pereira e Silva Ribeiro pelas valorosas contribuições à pesquisa.

A todos, meu caloroso e genuíno agradecimento.

“Se o lugar não permitir o acesso a todas as pessoas, esse lugar é deficiente”.

(Thaís Frota)

RESUMO

A educação inclusiva deve ser um direito de todo indivíduo independente de cor, raça, classe social, cultural ou econômica. A educação deve ser acolhedora e igualitária. Porém, durante boa parte da história da humanidade as pessoas com necessidades especiais sofreram segregação por serem vistas como pessoas incapazes de se desenvolverem. Nas décadas de 70 e 80, as discussões acerca do tema ganharam força, mas só na década de 90 o assunto sobre a educação de pessoas com necessidades especiais ganhou notoriedade, principalmente no Brasil. Depois da elaboração da Declaração de Salamanca de 1994 que entre outras propostas, destaca que “crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso ao ensino em sala regular, porém essas salas devem se adequar as necessidades desses alunos”. A partir de então os órgãos públicos começaram a repensar as políticas de educação inclusiva, como também a sua efetivação nas salas regulares. Este estudo objetivou investigar como foi desenvolvida a educação inclusiva na sala regular de ensino, entre 2018 e 2019, na Escola Carolina de Farias Pimentel, localizada no Sítio Palmeira, Município de Cuitegí- PB. Para a realização desse estudo foram consultados autores, como: Jannuzzi (1992), Mantoan (2003), Mazzotta (1995) e documentos legais, tais como: LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/1996), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei de nº 13.146, de Julho de 2015), ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). A pesquisa configura-se como um estudo descritivo de natureza qualitativa com a utilização de questionários investigando quais as percepções do gestor e de uma professora da referida instituição acerca dessa temática. Quanto aos resultados elencados foi possível perceber que ainda há muito que ser feito para a chegada da tão sonhada escola inclusiva, a escola de todos e para todos, desde a preparação do professor até a estrutura física, como também, o planejamento pedagógico e os materiais didáticos.

Palavras-Chave: Educação especial, inclusão escolar, sala regular de ensino.

ABSTRACT

Inclusive education should be a right for every individual regardless of color, race, social, cultural or economic class. Education must be welcoming and egalitarian. However, for much of human history, people with special needs have suffered segregation because they are seen as people unable to develop. In the 70s and 80s, discussions on the topic gained strength, but it was only in the 90s that the topic of education for people with special needs gained notoriety, especially in Brazil. After the drafting of the 1994 Salamanca Declaration, which, among other proposals, highlights that "children and young people with special educational needs must have access to education in a regular classroom, but these classrooms must adapt to the needs of these students". From then on, public bodies began to rethink inclusive education policies, as well as their implementation in regular rooms. This study aimed to investigate how inclusive education was developed in the regular teaching room, between 2018 and 2019, at Escola Carolina de Farias Pimentel, located in Sítio Palmeira, Municipality of Cuitégi-PB. To carry out this study, authors were consulted, such as: Jannuzzi (1992), Mantoan (2003), Mazzotta (1995) and legal documents, such as: LDBEN (Law of Guidelines and Bases of National Education No. 9394/1996), Brazilian Law Inclusion of Persons with Disabilities (Statute for Persons with Disabilities, Law No. 13,146, of July 2015), ECA (Statute of Children and Adolescents, Law No. 8,069, of July 13, 1990). The research is configured as a descriptive study of a qualitative nature with the use of questionnaires investigating the perceptions of the manager and a professor at the referred institution regarding this theme. As for the results listed, it was possible to realize that there is still much to be done for the arrival of the long-dreamed inclusive school, the school for everyone, from the preparation of the teacher to the physical structure, as well as the pedagogical planning and materials didactic.

Keywords: Special education, school inclusion, regular teaching room.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: COM BASE NA SUA FORMAÇÃO E VIVÊNCIA O QUE VOCÊ ENTE POR EDUCAÇÃO INCLUSIVA?	20
QUADRO 2: NO PERÍODO DE 2018 E 2019 COMO SE DEU O ACOMPANHAMENTO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES NA ESCOLA EM QUE VOCÊ TRABALHA?	21
QUADRO 3: COMO ESTÁ SENDO O ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA?	22
QUADRO 4: NA ESCOLA EM QUE VOCÊ TRABALHA HÁ/HOUE, NO PERÍODO DE 2018 E 2019 ALGUM PROJETO VOLTADO PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?	23
QUADRO 5: A ESCOLA COSTUMA RECEBER AJUDA DE EQUIPE ESPECIALIZADA? SE SIM, DE QUE FORMA ACONTECE?	23
QUADRO 6: COMO OS DEMAIS ALUNOS REAGIAM NO PERÍODO 2018/ 2019 DIANTE DA DIFERENÇA DE ALUNOS QUE SÃO O PÚBLICO–ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL?	24
QUADRO 7: NA SUA OPINIÃO AS CLASSES COMUNS DA ESCOLA REGULAR ESTÃO PREPARADAS PARA RECEBER ESSE ALUNADO? JUSTIFIQUE?	25
QUADRO 8: OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESTÃO APTOS PARA ATENDER PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA?	26
QUADRO 9: QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES QUE O ALUNO COM DEFICIÊNCIA ENCONTRAM DURANTE SUA FORMAÇÃO?	26
QUADRO 10: COMO TRANSFORMAR UMA ESCOLA DE ENSINO REGULAR EM UM AMBIENTE INCLUSIVO?	28
QUADRO 11: QUAL A SUA OPINIÃO ACERCA DO MODELO DE INCLUSÃO ESCOLAR?	29

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A EDUCAÇÃO ESPECIAL DESDE OS PRIMORDIOS.....	15
3.	METODOLOGIA.....	18
3.1	Local da Pesquisa	19
3.2	Sujeitos da Pesquisa.	19
3.3	Procedimentos para Coleta de Dados	19
3.4	Método de Análise.....	20
4	PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR.....	20
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
	REFÊRENCIAS	31
	APÊNDICES	34
	APENDICE A: Questionário.....	34
	APENDICE B: Modelo de termo de autorização da escola	37
	APENDICE C: Modelo de termo de consentimento livre e esclarecido	38

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa parte de um interesse pessoal, despertado durante o estágio docência, quando tive contato direto com a sala regular, onde, na mesma, estavam matriculadas crianças com necessidades educativas especiais. A forma como estava sendo ofertado o ensino me despertou atenção, de modo que me fez questionar qual tipo de inclusão estava sendo concedida aqueles estudantes com necessidades educacionais especiais e, sobretudo, cuidados especiais.

No período supracitado – estágio docência - onde pude ter contato direto com professora, cuidadora e alunos sem e com necessidades especiais, em uma escola com estrutura precária, com pouco espaço, sem área de lazer, com salas pequenas e sem ventilação, observei a dificuldade da professora e da cuidadora para controlar algumas situações de crise de um dos alunos com deficiência que quando contrariado, manifestava comportamentos agressivos, como: bater a cabeça na parede, agir com violência com outros coleguinhas e também com a própria professora e cuidadora – jogando cadeira, batendo e mordendo a si mesmo e outros colegas.

Durante uma conversa que emergiu num momento oportuno frente à curiosidade em saber como é lidar com uma turma de ensino regular com alunos com necessidades educacionais especiais, a professora descreveu sobre a dificuldade em lidar com esses alunos, sobretudo, oferecer-lhes os devidos cuidados especiais, em uma sala de ensino regular, ressaltando sobre as dificuldades de manter o controle na sala e até mesmo a efetivação do ensino-aprendizagem da turma.

Todo esse contexto fez-me refletir sobre as dificuldades, bem como o despreparo de ambas as profissionais (professora e cuidadora) em lidar com alunos com deficiência e os ditos normais em uma única turma/sala e ao mesmo tempo garantir a efetivação do ensino e aprendizagem destes. Importa dizer que a turma de pré II, era composta por 13 alunos dentre os quais, 3 apresentavam necessidades educacionais especiais.

A Educação Especial é assegurada pela Constituição Federal-CF de 1988 que em seu art. 208, inciso III, estabelece que toda criança portadora de deficiência tenha acesso ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, de modo que, essa interação entre educandos com e sem necessidades especiais ajude a

combater qualquer tipo de discriminação escolar e social. No entanto, o movimento pela educação inclusiva no Brasil foi, e continua sendo, motivo de muita discussão em virtude de o público-alvo da Educação Especial ter sido historicamente excluído pelo sistema educacional, especialmente do ensino regular, (RODRIGUES, 2006; MANTOAN, 2003; MANZZOTA, 1995).

Considerando que a Educação especial é um modelo de educação que permite o ingresso e permanência de todo o indivíduo com o intuito de cessar qualquer tipo de separação ou discriminação, a escola também precisa estar preparada para receber todos os alunos, com todas as suas especificidades e desenvolver métodos para contribuir no crescimento dos referidos alunos.

De acordo com Glat e Blanco (2007, p. 344), para uma escola tornar-se inclusiva, ela precisa “[...] formar seus professores e equipe de gestão e rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem”. Dessa forma, entende-se que não basta apenas matricular o aluno com necessidades educativas especiais na sala regular de ensino, mas propiciar estrutura e condições pedagógicas necessárias para desenvolvimento cognitivo e aprendizagem dos alunos.

No entanto, pensar em uma educação para essa população com necessidades educativas especiais é necessário, antes de tudo, considerar métodos e técnicas especializadas para a classe comum, bem como fornecer um sistema de suporte permanente para que as escolas possam promover a aprendizagem dos alunos com deficiência. Assim, a Educação Especial não deve ser apenas um atendimento educacional especializado, mas modalidade de educação que propicie um conjunto de metodologias e materiais pedagógicos que possam auxiliar no desenvolvimento, bem como, atender à diversidade do seu público-alvo.

Partindo-se desses pressupostos e sabendo da importância da educação inclusiva para o desenvolvimento dos indivíduos com necessidades especiais, essa pesquisa tem como premissa investigar como se estabeleceu, entre os anos de 2018 e 2019, a educação inclusiva numa escola de ensino regular localizada no município de Cuitegi/PB.

Além disso, considerando o contexto pandêmico que estamos vivendo nesse ano de 2020 e tendo em vista que tudo que havia sido planejado em outro contexto escolar

foi deixado de lado quando, de forma abrupta, tudo mudou, a rotina de conversas, vivências e aprendizagem na escola foram interrompidas e/ou ajustadas.

Diante do exposto, a presente pesquisa justifica-se pela importância de discutir que tipo de inclusão esta sendo oferecido para os alunos público-alvo da Educação Especial como a necessidade de observar se a educação estava sendo efetivada de acordo com a lei vigente, pois não basta apenas matricular o aluno para que ele esteja incluso, é necessário propiciar meios para que a inclusão se efetive. Como problema de pesquisa, pretendeu-se responder o seguinte questionamento: de que forma ocorreu o processo de acompanhamento de alunos com necessidades educacionais especiais na sala regular de ensino no período entre 2018 e 2019?

Sendo assim, esse estudo tem como objetivo geral verificar como a educação inclusiva foi efetivada na sala regular de ensino no período citado acima e como objetivos específicos: a) Apresentar um breve histórico da educação especial numa perspectiva de educação inclusiva; b) Identificar a compreensão de diretor e de uma professora acerca da inclusão escolar; c) Verificar se as crianças que são o público-alvo da Educação Especial receberam ajuda especializada e d) Analisar como foi o convívio dessas crianças com os outros alunos.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e, como estratégia para coleta de dados utilizamos o questionário, que, de acordo com Gil (1999, p. 128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” Para tanto, tivemos como sujeitos desta pesquisa um gestor e uma professora que atuam numa escola regular de ensino no município de Cuitegi/PB, cuja escola atende alunos com necessidades especiais.

Como aporte teórico, esse estudo ancora-se nos autores Rodrigues (2006), Mantoan (2003), Mazzotta (1995), Glat e Blanco (2007), Mendes (1995), Silva (2009) e Miranda (2008). A escolha por estes autores se deu pelo fato dos mesmos discutirem, e elencarem problemas e possíveis soluções a respeito da educação inclusiva.

Além dos autores, também foram consultados documentos legais tais como: LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) Nº 9.394/1996), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência,

Lei de nº 13.146, de Julho de 2015), ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

Este trabalho está dividido da seguinte forma: introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussões e considerações finais.

2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL DESDE OS PRIMORDIOS

Nesta seção apresentamos um levantamento histórico da educação especial, buscando resgatar os diferentes momentos vividos pelas pessoas com deficiência, com o objetivo de entender quais os caminhos percorridos para alcançar conquistas no cotidiano escolar no que tange à educação dessas pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais como também a sua inclusão na sala regular de ensino.

Verificando a educação especial em diferentes momentos os pesquisadores Silva (2009), Mendes (1995) e Jannuzzi (1992), por exemplo, indicam momentos diversos que delimitam mudanças na concepção de deficiência.

Na antiguidade, época marcada pela negligência na era pré-cristã, onde existia uma total falta de assistência a essa população, os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devido suas condições incomuns. (SILVA, 2016)

Na Idade Média, o tratamento variava segundo as convicções de caridade ou castigo que prevalecia na comunidade que o deficiente estava inserido. Esse foi um período em que aconteceram muitas perseguições e matanças a pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência. (SILVA, 2009)

Na Idade Moderna, temos o surgimento e o interesse da ciência principalmente da medicina, como também o surgimento do capitalismo. Esse foi o período em que houve a manutenção da institucionalização, ou seja, foram criadas escolas em hospitais para atender as pessoas com necessidades especiais. Porém existia uma preocupação com a socialização e a educação pelo fato de permanecer a visão patológica do indivíduo que apresentava deficiência, pois isso traria como consequência o menosprezo da sociedade a essa população. (MIRANDA, 2008)

No início do século XX surgem avanços nas escolas/classes especiais em escolas públicas com o intuito de oferecer à pessoa com deficiência uma educação a parte. Com o passar do tempo, e por volta da década de 1960, surge movimentos de integração aos

indivíduos que apresentam deficiência, o objetivo era incluir os mesmos em ambientes escolares mais próximos daqueles oferecidos aos alunos ditos normais.

No início da década de 1990, ganha força um movimento inclusivista na educação em boa parte dos países mais desenvolvidos do mundo como Inglaterra, Espanha e Estados Unidos. A partir de então no Brasil, começam as discussões sobre o novo modelo de atendimento escolar conhecido como inclusão escolar.

Apesar de recente as discussões acerca da educação inclusiva têm ganhado força nas últimas décadas, com o objetivo de tornar a educação mais igualitária. A proposta de uma educação inclusiva se intensificou na década de 1990 com a elaboração da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que entre outros pontos estabelece “que as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso a escolas regulares”. Essa proposta foi um meio encontrado para combater as atitudes discriminatórias, auxiliando em uma sociedade inclusiva e justa.

No Brasil, a educação é um direito básico de todo cidadão, assegurado pela Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 205 diz “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Diante do exposto, espera-se que tanto a família como os estados unam-se em prol de uma educação igualitária e emancipatória.

A Educação Especial deve ser oferecida pela rede regular de ensino e esta deve dispor de mecanismos para o desenvolvimento dessa população, como bem estabelece a Lei nº 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Em seu art. 59 inciso I a referida Lei especifica “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender esta as suas necessidades” A esse respeito o inciso III do artigo 59 estabelece que são necessários professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desse alunado.

O ensino a pessoa com necessidades especiais deve se adequar às necessidades desse alunado. Para Sasaki (1997), inclusão é “ [...] um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade” Diante desse pensamento é possível perceber que a escola não deve de forma alguma

excluir estes alunos com a justificativa de que estes não possuem condições de gozar do processo de escolarização.

A educação inclusiva compreende a escola como um espaço de todos, onde seus alunos constroem suas identidades conforme suas capacidades. A escola inclusiva não se prende a padrões, todos se igualam, ela é a escola que inclui e não enxerga motivo para diferenciação. Portanto, para os defensores da inclusão “uma escola para todos não desconhece os conteúdos acadêmicos, não menospreza o conhecimento científico, sistematizado, mas também não se restringe a instruir os alunos, a “dominá-los” a todo o custo” (MANTOAN, 2003, p. 9). A educação que inclui abre espaço para todas as crianças, principalmente para aquelas com necessidades educativas especiais, desenvolve metodologias centradas na mesma, respeitando suas diferenças e peculiaridades, com o intuito de cessar qualquer tipo de exclusão.

A partir da Conferência Mundial de Educação (CME), realizada em Jomtien, na Tailândia, no ano 1990, que por sua vez tinha como objetivo estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, o Brasil elaborou metas para aperfeiçoar o sistema educacional brasileiro com o intuito de promover uma educação igualitária a crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais.

É necessário, sobretudo, compreender que todos os alunos têm direito a este atendimento para aprender independente de suas condições biológicas e psicológicas. Portanto, cabe à escola conceder condições para que a educação e o desenvolvimento aconteçam. Para (Kuenzer, 2006) é na escola que se aprende a interpretar o mundo e é a partir desse entendimento que o mundo pode ser transformado. É esse o papel da escola que inclui, o de propiciar suídeos para que esses alunos possam se desenvolver e se sentir seres integrados à sociedade, seres capazes de transformar a situação de inferioridades que muitos vivem.

A educação inclusiva é um direito dos cidadãos com ou sem necessidades educativas especiais, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, artigo 205, e tem grande importância na vida dos mesmos. É através dela que esses cidadãos se sentem de fato inclusos na sociedade. Contudo, vale salientar, que existe na educação Brasileira um déficit na formação docente para trabalhar devidamente com a diversidade e prestar um atendimento educacional especializado eficaz. Ressaltamos

ainda, a falta de estrutura dos prédios escolares, suporte de equipe especializada e materiais pedagógicos. Apesar de todos os percalços que a educação inclusiva encontra para ser de fato efetivada conforme estabelecido em lei, não se pode desanimar e imaginar que sua efetivação é algo impossível de acontecer. Porém, não podemos esquecer que a escola para funcionar devidamente, é necessário investimentos financeiros, porque sem estes, fica inviável a implantação de uma escola de qualidade, seja ela qual for.

3. METODOLOGIA

Essa pesquisa corresponde a uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, considerando que esse tipo de abordagem tem caráter subjetivo, prezando as narrativas, ideias e experiências individuais dos sujeitos da pesquisa partindo-se do argumento de que é necessário encontrar fundamentos para uma análise e para interpretação do fato sendo este a complexidade da educação inclusiva no ensino regular no Município de Cuitegi-PB.

Associando ao estudo qualitativo, este por sua vez corresponde a um estudo de caso focalizando em acontecimentos mais atuais, e que, conforme Yin (2001), é uma estratégia escolhida para se examinarem acontecimentos contemporâneos, geralmente realizados com um ou mais indivíduo. Quanto ao caráter da pesquisa, esta corresponde a um estudo de caso do tipo descritivo por buscar compreender e descrever como se estabelece a educação inclusiva numa escola do Município de Cuitegi-PB.

Quanto à metodologia da pesquisa utilizamos com instrumento de coleta de dados o questionário, que, de acordo com Gil (1999, p. 128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” Os sujeitos colaboradores da pesquisa foram, 1 professor e 1 diretor de uma escola de ensino fundamental, que atende alunos com necessidades especiais na classe comum da escola regular de ensino.

Dentre as fases dessa pesquisa, destacamos inicialmente, um estudo bibliográfico baseado em artigos, livros e documentos legais tais como: LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) Nº 9.394/1996), Lei Brasileira de Inclusão da

Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei de nº 13.146, de Julho de 2015), ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

Vale destacar que este estudo ancorou-se, ainda, nas discussões de autores como: Jannuzzi (1992), Mazzotta (2000) Mantoan (1987). Considerando que esses autores trazem em suas pesquisas contribuições necessárias para as discussões sobre a educação inclusiva desde os primórdios.

No segundo momento, realizou-se a coleta de dados por meio de questionários e no terceiro momento, o procedimento de análise de dados. Para este estudo, utilizamos o método de procedimento de análise de conteúdo proposta por Chagas (200) que destaca que esse tipo de entrevista é rápido e de fácil aplicação, além de apresentar poucas possibilidades de erros.

3.1 Local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada na Escola Carolina de Farias Pimentel situada no Sítio Palmeira, município de Cuitegí-PB. A referida escola consiste em uma instituição pública que oferecia ensino regular do pré I ao 5º ano. Todos os alunos eram residentes da referida zona rural com faixa etária entre 3 e 15 anos, totalizavam 52 alunos que estudavam nos turnos manhã e tarde. No que diz respeito ao corpo docente e administrativo encontramos 4 professoras, 1 diretor, 1 assessor, 2 auxiliares.

3.2 Sujeitos da Pesquisa.

Para esta pesquisa foi elaborado um questionário (ver apêndice A) conforme a especificidade. Sendo, portanto, uma cópia para o gestor e outra para a Professora. Sendo assim, participaram desta pesquisa um (1) Gestor e uma (1) professora.

3.3 Procedimentos para Coleta de Dados

A primeira etapa do projeto consistiu no consentimento (ver apêndice B e C) da instituição escolar e dos participantes para a realização da pesquisa, assim o gestor foi procurado para que fosse solicitada a realização do estudo, sendo informado sobre o interesse e objetivo da pesquisa.

A segunda etapa consistiu na coleta de dados, por meio do questionário propriamente dito com o Gestor e a Professora. Na terceira etapa da pesquisa foi feita a análise e interpretação dos dados obtidos.

3.4 Método de Análise

Como método de análise do estudo, utilizamos o método de análise de conteúdo proposta por Bardin (2010) que apresenta um conjunto de técnicas analíticas das comunicações visando a obter por análise categórica e a partir das falas – dados da pesquisa - indicadores que permitam a conclusão de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. Para tanto, consideraremos as três fases fundamentais indicadas pelo autor: I: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados a inferência e a interpretação.

4 PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR.

A presente análise foi elaborada a partir de questionário para que os voluntários respondessem de acordo com suas vivências. O questionário continha 11 perguntas e antes que eles respondessem foi entregue um termo de consentimento livre e esclarecido (ver apêndice A e C) como também foram informados sobre o objetivo da pesquisa.

Quadro 1: Com base na sua formação e vivência o que você entende por Educação Inclusiva?

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Gestor	É a educação e inclusão de pessoas com deficiência com pessoas normais, em todos os ambientes e áreas de atuação da sociedade, usufruindo de direitos iguais já que todos os seres humanos independente das deficiências que alguns possuem.
Professora	Uma educação que além de incluir, dê suportes qualitativos e quantitativos para que

	o educando possa desenvolver suas habilidades (sejam elas cognitivas, motoras, emocionais, entre outras).
--	---

Fonte: Pesquisa da autora, 2020.

Ao analisar as respostas, percebe-se que na primeira pergunta tanto o Gestor quanto a Professora disseram o que entendem sobre Educação Inclusiva. A educação inclusiva une o que foi mencionado por ambos os entrevistados. É a educação que além de incluir é a que disponibiliza o suporte necessário para o desenvolvimento de pessoas com necessidades educativas especiais conforme sua capacidade.

De acordo com Prado (2009, p. 30)

A Inclusão é mais que um modelo para prestação de serviços de Educação Especial, é um novo paradigma de pensamento e de ação, no sentido de incluir todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade está se tornando mais regra que exceção.

Nesse sentido, percebe-se a importância de cada vez mais buscar mecanismos com o intuito de tornar a educação inclusiva mais real.

Quadro 2: No período de 2018 e 2019 como se deu o acompanhamento dos Estudantes com Deficiências, Transtornos Globais do desenvolvimento e Altas Habilidades na Escola em que você trabalha?

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Gestor	No ano de 2018 o acompanhamento ocorreu de acordo com as normas da lei, onde os alunos com deficiência atuaram junto com os demais, sendo acompanhado por um cuidador no horário de aula normal, no contra turno os alunos recebiam a complementação curricular na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), já em 2019 devido a pandemia o acompanhamento não seguiu o mesmo roteiro.
Professora	Foram acompanhados no contra turno em salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Fonte: Pesquisa da autora, 2020.

Como mostra o quadro 2, ambos os entrevistados responderam no contra turno as crianças eram acompanhadas na sala de Atendimento Educacional Especializado

(AEE). Que é uma sala de recursos que vem dar suporte aos professores e aos alunos com necessidades educativas especiais para que esses possam desenvolver suas habilidades de acordo com suas capacidades.

Para Braun e Vianna (2011, p. 24).

[...] O AEE, então, se destina a garantir a permanência do aluno na escola regular, promovendo primeiro o acesso ao currículo, por meio de acessibilidade física como adaptações arquitetônicas, oferta de transporte, adequação de mobiliário e de equipamentos, acesso a sistemas de comunicação. Dado o acesso, como consequência, para o ensino em si, o AEE tem como finalidade também favorecer a organização de materiais didáticos e pedagógicos, estratégias diferenciadas, instrumentos de avaliação adequados às necessidades do aluno para que, de fato, sua permanência na escola lhe proporcione desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Contudo, vale ressaltar que além do atendimento educacional especializado existem outros espaços responsáveis pela organização e estratégias do ensino a pessoas com necessidades educativas especiais. Por essa razão, é preciso uma participação ativa, colaborativa, de todos os profissionais da educação para que juntos possam ensinar e ajudar esses alunos a se desenvolverem.

Quadro 3: Como está sendo o acompanhamento de crianças com Necessidades Especiais durante o período da Pandemia?

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Gestor	A distância, através de vídeo aulas, mais atividades impressas direcionadas a elas, atividades diferenciadas dos demais alunos.
Professora	Estão tendo aulas remotas através de vídeos aulas e atividades impressas.

Fonte: Pesquisa da autora, 2020.

E como podemos observar no quadro acima, a resposta dos entrevistados foi que essas crianças estavam sendo acompanhadas a distância, com aulas remotas e atividades impressas. Contudo, vale ressaltar o quanto essas crianças deixam de evoluir em um período como esse, de pandemia, já que o contato com os outros alunos é crucial para o desenvolvimento e a quebra de qualquer tipo de preconceito e exclusão social.

Quadro 4: Na escola em que você trabalha há/houve, no período de 2018 e 2019 algum projeto voltado para Educação Inclusiva?

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Gestor	Por ter um número pequeno de alunos com deficiência e não havendo ocorrência de problemas de maior relevância dos demais alunos.
Professora	Não

Fonte: Pesquisa da autora, 2020.

Conforme o quadro 4, mostrado acima, não houve nenhum projeto voltado para as crianças com necessidades educativas especiais. Isso fica evidenciado que a preocupação com o desenvolvimento desses alunos aparenta não ser uma prioridade.

Quadro 5: A Escola costuma receber ajuda de equipe especializada? Se sim, de que forma acontece?

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Gestor	Sim. Através da secretaria de Educação que dispõe de uma psicóloga exclusiva para atender as escolas havendo necessidade, a equipe da escola solicita o acompanhamento do profissional que avalia e dá diagnóstico se for necessário e assim o mesmo encaminhado a ser acompanhado por outros profissionais da FUNAD em João Pessoa.
Professora	Não. Apenas os alunos são acompanhados em salas de AEE.

Fonte: Pesquisa da autora, 2020.

Conforme mostra no quadro 5, a pergunta foi se a escola costumava receber ajuda de equipe especializada. Como é possível observar, as respostas do gestor e da professora divergem uma da outra. Vale aqui ressaltar, a importância dessas equipes especializadas nas escolas, pois são elas que dão todo suporte aos professores para lidar com situações adversas. Educadores que muitas vezes não sabem quais estratégias utilizar para lidar com crianças especiais em uma sala que na maioria das vezes não

dispõem de recursos para ajudar esses alunos a desenvolverem suas potencialidades. Sendo assim,

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (MEC/SEESP, 2008).

É por intermédio desse suporte que é dado através das equipes especializadas, que os profissionais da educação têm o norte necessário para dispor dos recursos disponíveis nas turmas comuns do ensino regular. Desse modo, o atendimento educacional especializado é responsável em apoiar o desenvolvimento dos alunos.

Quadro 6: Como os demais alunos reagem no período 2018/ 2019 diante da diferença de alunos que são o público-alvo da Educação Especial?

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Gestor	No início, os alunos ficaram um pouco assustados por se deparar com algo novo e diferente, mas com uma boa atuação do docente que passou a informar e conscientizar a todos os alunos, mesmo que haja algumas diferenças entre eles, assim todos passam a ser parte integrante daquele ambiente escolar.
Professora	Os demais alunos respeitam e tem uma boa aceitação.

Fonte: Pesquisa da autora, 2020.

Na questão 6, foi perguntado como os demais alunos reagiram diante da diferença dos coleguinhas com necessidades especiais. Os entrevistados responderam que tiveram boa aceitação. É importante frisar que a educação que inclui tem a possibilidade de cessar a exclusão desse público na sociedade. Esta acontece a partir de

uma escola que de fato integra, que se abre um mundo de possibilidades para o cidadão com necessidades educativas especiais.

O termo “educação inclusiva” surgiu com o intuito de cessar qualquer tipo de discriminação entre crianças com deficiência e os ditos normais. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) reforça “que as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso a escolas regulares” para que assim, as atitudes discriminatórias possam não mais existir.

Quadro 7: Na sua opinião as classes comuns da Escola Regular estão preparadas para receber esse alunado? Justifique?

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Gestor	Totalmente não. Mesmo que as escolas já dispõem de algumas adaptações ainda está faltando algo para que a escola possa disponibilizar todos os recursos necessitados pelos alunos com deficiência.
Professora	Não. Não temos estrutura física nem profissionais especializados. Além do mais não é só a estrutura física que se deve pensar, mas qualificar e aperfeiçoar os profissionais para trabalhar com esse público.

Fonte: Pesquisa da autora, 2020.

Como mostra o quadro 7, os entrevistados responderam que “não” e ao analisar as respostas dos mesmos, fica evidenciado que as mudanças que uma escola comum de ensino regular precisa para se tornar inclusiva, precisam ser repensadas para que a referida instituição possa atender às necessidades desses alunos.

Para Andrade (2016, p. 11)

Para que a inclusão seja eficaz e eficiente, é necessário que existam mudanças em toda a escola. Mudanças estruturais como rampas e acessos próprios para portadores de deficiência física ou visual, aquisição de material pedagógico próprio para cada tipo de especificidade.

Vale ressaltar, que além de mudanças em estruturas físicas é necessário também mudanças na postura de todos os profissionais do corpo escolar, como formação continuada de professores e todos que constituem a escola, esses também precisam se especializar e ter conhecimento sobre os alunos especiais.

Quadro 8: Os profissionais da educação estão aptos para atender para atender as necessidades dos alunos com deficiência?

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Gestor	Não. Ao vivenciar essa realidade constatamos uma problemática que é a falta de capacitação dos profissionais para atuar no cotidiano com este público.
Professora	Infelizmente não.

Fonte: Pesquisa da autora, 2020.

Na oitava pergunta, indagamos sobre os profissionais da Educação, se estes estão aptos para atender as necessidades dos alunos com Deficiência? Os entrevistados responderam que não e alegaram a falta de especialização.

Observando a resposta dos entrevistados, no quadro 8, fica evidenciada a dificuldade que os profissionais da educação enfrentam no seu cotidiano. E essa realidade se deve pelo motivo de que durante sua formação inicial o professor nem sempre sai preparado para lidar com as diferenças e com os alunos especiais, pois nos cursos superiores é trabalhado mais teoria que prática.

Contudo Silva e Arruda (2013, p. 2) afirmam que “O professor tem que gostar e se responsabilizar em seu trabalho, para que venha a desenvolvê-lo com qualidade.” Sabendo das dificuldades e que falta tudo, estrutura, formação continuada dos docentes, materiais pedagógicos que auxiliem no desenvolvimento dessas crianças, é de suma importância que o educador busque meios para se especializar, pois só assim conseguirá desenvolver seu trabalho com maestria. Não é fácil, mas é possível!

Quadro 9: Quais as maiores dificuldades que o aluno com Deficiência encontram durante sua formação?

ENTREVISTADO	RESPOSTA
--------------	----------

Gestor	A falta de recursos tanto material como humano adaptado as suas necessidades isso faz com que o suporte dado a ele não seja o suficiente para suprir o seu aprendizado e seu desenvolvimento.
Professora	Está em uma sala regular que não atende suas necessidades.

Fonte: Pesquisa da autora, 2020.

Na nona pergunta, de acordo com o quadro 9, interpelamos sobre as maiores dificuldades que o aluno com deficiência encontra durante sua formação. E a resposta foi que umas das maiores dificuldades é que este aluno está em uma sala de aula que não atende as suas necessidades. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) de nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, estabelece em seu art. 28, inciso II “O aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão”. O art. 59, inciso III, da Lei nº 9.394 de, 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB) determina que haja “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Como podemos notar no texto acima, existem leis que garantem o acesso, permanência e o desenvolvimento das crianças com necessidades educativas especiais, porém, como relatam os entrevistados e com base em estudos feitos anteriormente são

muitas as dificuldades, e a formação adequada para esses alunos está muito distante do que a lei exige. Não basta matricular o aluno no ensino regular, é de suma importância que para seu pleno desenvolvimento ele disponha de todos os mecanismos que venham ajudar no seu desenvolvimento e na sua formação para uma vida em sociedade mais digna e mais igual.

Quadro 10: Como transformar uma Escola de Ensino Regular em um ambiente Inclusivo?

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Gestor	Primeiro necessita da vontade e do bom senso de toda equipe docente e discente, para que ocorra o processo de inclusão faz-se necessário que todos participem e trabalhe com a mesma linha de pensamento, só assim poderemos transformar o nosso ambiente escolar inclusivo.
Professora	Primeiro teríamos que conscientizar a sociedade escolar, sobre o mundo inclusivo que estamos inseridos, depois capacitar todos profissionais e por fim se pensar na estrutura física, pois não adianta ter um prédio belíssimo se dentro não temos vidas e sonhos.

Fonte: Pesquisa da autora, 2020.

O quadro 10 nos faz refletir que o trabalho de mudar a escola para que ela se torne inclusiva não é tarefa fácil, para atender a todos da melhor forma possível, cada escola ao traçar uma meta, terá que lutar e procurar soluções para eventuais problemas. As mudanças necessárias não acontecem da noite para o dia, é preciso empenho de todos que constituem tal instituição. Contudo, Rapoli, Mantoan, Santos, Machado (2010, p. 9) afirmam “A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas.” Para tanto, não é de forma imediata

que tais mudanças acontecem. Para que a escola dos sonhos se concretize é indiscutível o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão.

Quadro 11: Qual a sua opinião acerca do modelo de Inclusão Escolar?

ENTREVISTADO	RESPOSTA
Gestor	Na minha opinião, o modelo de inclusão indicado para se trabalhar nas escolas que unifica os alunos independente das diferenças, está certo, mas ainda precisa de mais políticas públicas voltadas a implementação das ações no ambiente escolar.
Professora	É muito frágil e complexo, não atende a singularidade dos educandos.

Fonte: Pesquisa da autora, 2020.

Podemos ver, a partir das respostas do quadro 11 que, de fato, uma das tarefas mais difíceis quando se fala em educação, é a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais. O fato é que o modelo educacional de inclusão brasileiro apesar dos avanços e leis que garantem acesso, permanência e desenvolvimento está um tanto precário. Logo, é a partir desse “fracasso” que devemos repensar a escola inclusiva. Concomitante a esse pensamento, Mantoan (2015), esclarece que precisamos ressignificar o papel da escola com professores, pais e comunidades interessadas e instalar, no seu cotidiano, formas mais solidárias e plurais de convivência. São as escolas que tem de mudar e não os alunos, para que esses tenham assegurado o direito de aprender, de estudar nelas.

Nesse sentido a transformação da escola inclusiva brasileira é necessária e urgente. É preciso investir mais no desenvolvimento de propostas educacionais avançadas para que assim possamos realizar o sonho da tão almejada Escola Inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, a efetivação da educação inclusiva na sala regular de ensino tem sido motivo de discussões entre grandes estudiosos de todo mundo. No Brasil, apesar das leis assegurarem acesso e permanência, a preocupação é sobre a efetivação das leis, tendo em vista que, estudos feitos ao longo dos anos mostram uma lacuna enorme a ser preenchida com relação à efetivação das políticas de educação inclusiva o que de alguma forma desmotiva a classe de professores desse público-alvo.

De acordo com os resultados obtidos através das concepções do gestor e da professora em relação à sala regular e à inclusão de pessoas com necessidades especiais, foi possível perceber a falta de estrutura física da escola, acesso a materiais pedagógicos, suporte de equipes especializadas, como também, formação de professores e toda equipe. Sendo assim, nota-se a inviabilidade de um professor que ensina em uma sala regular, com cerca de 20 a 25 alunos e, ainda, os alunos com necessidades especiais, trabalhar as especificidades de cada um e contribuir para o seu pleno desenvolvimento educacional.

Dessa forma, a implantação de uma escola inclusiva na sala regular de ensino, tem sido uma barreira a ser enfrentada para comunidade escolar, considerando que as escolas ainda não estão preparadas física e profissionalmente para atender esse público: alunos com necessidades especiais. Nessa premissa, salientamos sobre a importância das escolas, que recebem esses alunos especiais, de está preparada com todos os subsídios para poder propiciar seu pleno desenvolvimento educacional.

Ressaltamos, sobretudo, que a educação inclusiva só se efetivará de fato, quando os investimentos forem direcionados e utilizados de forma correta, quando os projetos pedagógicos forem baseados na reflexão que valorizem a cultura, a história e as experiências de vida de seus alunos. As práticas pedagógicas devem ser planejadas para que todos aprendam e se desenvolvam conforme sua capacidade. Pois, só assim o sonho que hoje idealizamos, amanhã poderá ser real.

REFÊRÊNCIAS

ANDRADE, Patrícia Ferreira de et al. Políticas públicas de educação inclusiva: organização político-pedagógica na (re) orientação da modalidade Educação Especial no Município de Itaguaí/RJ. 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4 ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BETINI, Geraldo Antonio et al. A construção do projeto político-pedagógico da escola. **Rev Pedag. UNIPINHAL**, v. 1, n. 3, p. 37-44, 2005.

Disponível em http://www.escolapadrereus.com.br/portal/JP/JP_texto_01.pdf Acesso em 25 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf> Acesso em 10 ago. 2020.

BRASIL. **Lei Federal n. 8069**, de 13 de julho de 1990. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em: 04 set. 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Portal.mec.gov.br**. Brasília, DF, 07 Janeiro de 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 26 Out. 2010.

BRAUN, Patrícia; VIANNA, M. Atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncional e plano individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico. In: **Educação Especial e Educação Inclusiva: reflexões sobre o fazer, RJ: Ed da UERRJ**, 2011.

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. O questionário na pesquisa científica. **Administração online**, v. 1, n. 1, 2000.

DÍAZ, Félix et al. (Ed.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. SciELO-EDUFBA, 2009.

DA SILVA, Ana Paula Mesquita; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. O papel do professor diante da inclusão escolar. 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão**, 2005.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; DE SOUZA FONTES, Rejane. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Educação**, v. 32, n. 2, p. 343-355, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 255-256, 2005.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, 2010, 41: 61

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. - São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér, et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2010,1.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. Cortez Editora, 1995.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; SOUSA, Sandra M. Zákia L. Inclusão escolar e educação especial: considerações sobre a política educacional brasileira. **Estilos da Clínica**, v. 5, n. 9, p. 96-108, 2000.

MENDES, Eniceia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia; TOYODA, Cristina Yoshie. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educar em Revista**, 2010, p. 80-93

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de História da Educação**, 2008, 7: 29-42.

MIRANDA, A. A. B. EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO. **Cadernos de História da Educação**, v. 7, 27 mar. 2009.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de história da educação**, v. 7, 2008.

RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Ed. Summus, 2006.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**. A escola comum inclusiva. 2010.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: para além da “teoria da curvatura da vara”. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 5, n. 2, p. 227-239, 2013.

SILVA, Núbia Pereira da. **O processo de escolarização de crianças autistas no ensino regular**. Um estudo de caso. 2016. Tese de Doutorado. Instituto Politécnico do Porto.

SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma. Educação em direitos humanos no Brasil: contexto, processo de desenvolvimento, conquistas e limites. **Educação**, v. 36, n. 1, p. 50-58, 2013.

YIN, Robert K. Estudo de caso: **planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: <https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf> acesso em: 02 set. 2020.

APÊNDICES

APENDICE A: Questionário

APENDICE B: Modelo de termo de autorização da escola

APENDICE C: Modelo de termo de consentimento livre e esclarecido

APENDICE A: Questionário



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
Trabalho de Conclusão de Curso**

Orientanda: Williane Amaro dos Santos

Orientadora: Débora Regina Fernandes Benício

QUESTIONÁRIO

1. Dados de Identificação:

Nome: _____

Idade: _____

Escola: _____

Função: _____

Ano (série) que leciona (professor (a): _____

Tempo de atuação profissional: _____

Formação: _____

2. Perguntas:

1º Com base na sua formação e vivência o que você entende por educação inclusiva?

2º No Período de 2018 a 2019 como se deu o acompanhamento dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades na escola em que você trabalha?

3º Como está sendo o acompanhamento de crianças com necessidades especiais durante o período de Pandemia?

4º Na escola em que você trabalha há/houve, no período de 2018 a 2019, algum projeto voltado para educação inclusiva?

5º A escola costuma receber ajuda de equipe especializada? Se sim, de que forma acontece?

6º Como os demais alunos reagem, no período 2018-2019, diante da diferença de alunos que são o público-alvo da Educação especial?

7º Na sua opinião as classes comuns da escola regular estão preparadas para receber esse alunado? Justifique.

8° Os profissionais da educação estão aptos para atender as necessidades dos alunos com deficiência?

9° Quais as maiores dificuldades que o aluno com deficiência encontram durante sua formação?

10° Como transformar uma escola de ensino regular em um ambiente inclusivo?

11° Qual a sua opinião acerca do modelo de inclusão escolar?

APENDICE B: Modelo de termo de autorização da escola



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUITEGÍ
ESC. MUN. CAROLINA DE FARIAS PIMENTEL

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Josemar Barbosa Lira, Diretor da Esc. Mun. Carolina de Farias Pimentel, situada no Sítio Palmeira Município de Cuitegí tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada: **Um estudo de caso acerca da educação inclusiva no ensino regular**, sob a responsabilidade do pesquisador(a): Williane Amaro dos Santos. Para isto, será disponibilizada a mesma o espaço para que o ela possa fazer a entrevista.

Cuitegí, 14 de Outubro de 2020.

DIRETOR

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o(a) aluno(a) de graduação Williane Amaro dos Santos do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, que pode ser contatado pelo e-mail lilaamaroctg@hotmail.com e pelo telefones (83) 988307679. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com alunos, professores, pais, coordenadores e/ou gestores visando, por parte do(a) referido(a) aluno(a) a realização de um trabalho de conclusão de curso (TCC). Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita ou realizada por meio de formulário/questionário impresso para ser preenchido por mim. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista ou do formulário/questionário da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

Guarabira- PB, ___ de _____ de 2020.